



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

ANO DE 2006

Fortaleza – CE
Maio/2007

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SECRETÁRIA
Silvana Maria Parente Neiva Santos

DIRETOR - GERAL
Marcos Costa Holanda

ELABORAÇÃO
Marcos Costa Holanda
Nicolino Trompieri Neto
Marcelo Ponte Barbosa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Ed. SEPLAN - 2º andar
60839-900 – Fortaleza-CE
www.ipece.ce.gov.br
ouvidoria@ipece.ce.gov.br

1 - RESULTADO FISCAL

O resultado primário de 2006 em termos reais foi de R\$ 84,5 milhões, um resultado bem menor do que o de 2005. Considerando, no entanto os últimos quatro anos, tem-se um superávit médio de R\$ 303,3 milhões ao ano em valores correntes, comprovando a disciplina fiscal do Estado.

Graças ao esforço fiscal praticado, o resultado nominal passou a ser positivo a partir de 2005, atingindo em valores constantes R\$ 226,3 milhões, revertendo assim uma situação de déficit ocorrida ao final de 2003 e 2004. Esta tendência continuou em 2006, quando o Resultado Nominal totalizou R\$ 97 milhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL (em R\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03	DEZ/04	DEZ/05	DEZ/06
1. Receitas	5.014	5.518	6.173	7.203
Receitas de Transferências	1.798	2.010	2.526	2.830
FPE	1.593	1.756	2.198	2.432
Outras	204	254	328	397
Receitas de Arrecad. Própria	3.216	3.508	3.647	4.373
ICMS	2.585	2.930	3.097	3.674
Outras	631	578	549	699
2. Transferências aos Municípios	718	788	825	984
3. Receita Líquida⁽¹⁻²⁾	4.296	4.730	5.348	6.219
4. Despesas não Financeiras	4.115	4.366	4.764	6.134
Pessoal e Encargos	2.137	2.323	2.556	2.849
OCC	1.979	2.044	2.208	3.286
Investimento	396	411	385	1.045
Outras Despesas de Capital	381	183	115	271
Sentenças Judiciais	9	10	8	9
Outras Despesas Correntes	1.192	1.440	1.699	1.960
5. Resultado Primário⁽³⁻⁴⁾	181	364	584	84
6. Juros da Dívida ^(Líquido Devido)	268	263	214	155
7. Amortizações	382	379	420	809
8. Nec. De Financiamento ⁽⁶⁺⁷⁻⁵⁾	470	279	50	879
9. Alienação de Bens	1	1	2	399
10. Operações de Crédito	273	244	268	577
Internas	41	54	38	268
Externas	232	190	230	308
11 - Resultado Nominal⁽⁹⁺¹⁰⁻⁸⁾	-195	-34	219	97

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará. Elaboração: IPECE

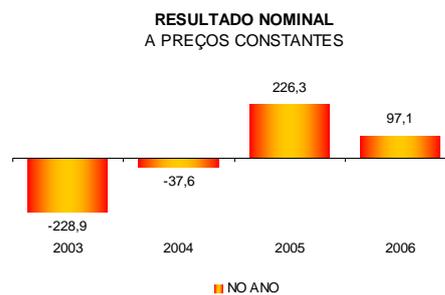
GRÁFICO 1.1



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O resultado primário de 2006 em termos reais foi de R\$ 84,5 milhões, gerando, nos últimos quatro anos, um superávit médio de R\$ 303,3 milhões ao ano. Já o Resultado Nominal apresentou um valor menor do que 2005, mas manteve a tendência de superávit atingindo um valor de R\$ 97,1 milhões.

GRÁFICO 1.2



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

2 - RECEITAS

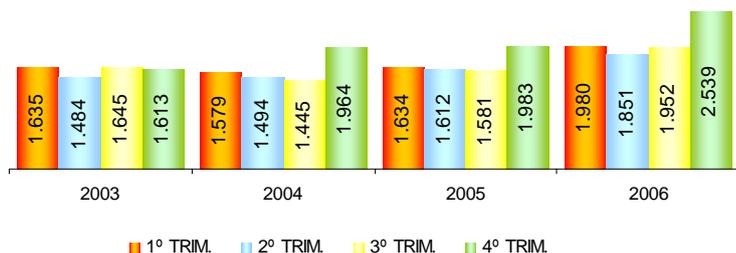
A receita orçamentária anual vem apresentando aumentos reais desde 2003, encerrando 2006 a um nível de R\$ 8.253 milhões. Em 2006, a taxa de crescimento real anual foi bem maior do que os anos anteriores, apresentando um crescimento de 23,4% em relação ao ano anterior.

Como se pode observar no Gráfico 2.3, existe certo grau de sazonalidade na receita orçamentária entre os quatro trimestres do ano. Um padrão que pode ser observado é que o resultado do último trimestre é, normalmente, superior ao dos outros trimestres do ano. De 2003 a 2006, a participação média do último trimestre com relação ao resultado anual foi de aproximadamente 29%.

É importante frisar que o aumento da receita orçamentária em 2006 foi devido em parte ao crescimento na arrecadação do ICMS e das transferências da união, mas também ao aumento do volume de operações de crédito observado neste período.

GRÁFICO 2.3

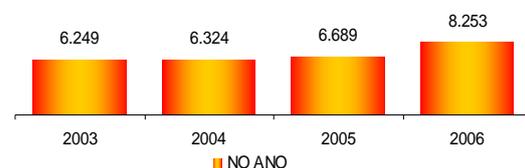
RECEITA ORÇAMENTÁRIA
TRIMESTRES - A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.1

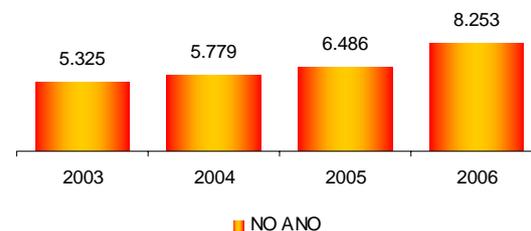
RECEITA ORÇAMENTÁRIA
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.2

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
A PREÇOS CORRENTES



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

No ano de 2006, a receita orçamentária do tesouro estadual apresentou um crescimento real de 23,4% com relação ao ano anterior.

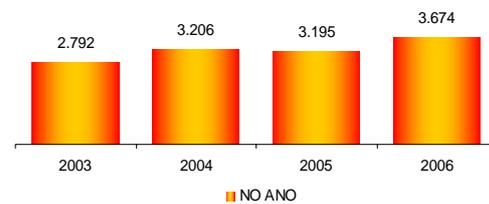
Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS, correspondendo em 2006, a 84% dessas e a cerca de 44,5% da receita orçamentária total.

A arrecadação do ICMS vinha demonstrando crescimento real até o ano de 2004, sofrendo uma queda em 2005. Entretanto, o resultado em 2006 de R\$ 3.674 milhões foi 15,0% superior em relação ao ano anterior, sinalizando uma recuperação da arrecadação do tributo e confirmando o bom desempenho do comércio e da indústria no decorrer do ano.

Ao se analisar a arrecadação do ICMS por setores no período em questão, os principais representantes continuaram a ser o comércio (27,2% do ICMS arrecadado), os combustíveis (21,8%) e a indústria (14,5%). Com relação a 2005, a variação mais significativa ocorreu no ICMS dos combustíveis, que apresentou um crescimento de 1,3%.

GRÁFICO 2.4

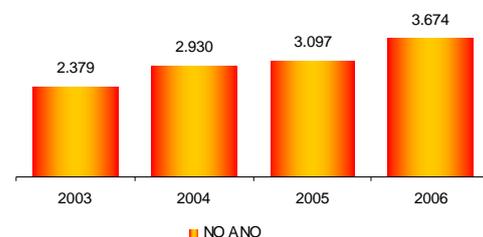
ICMS
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.5

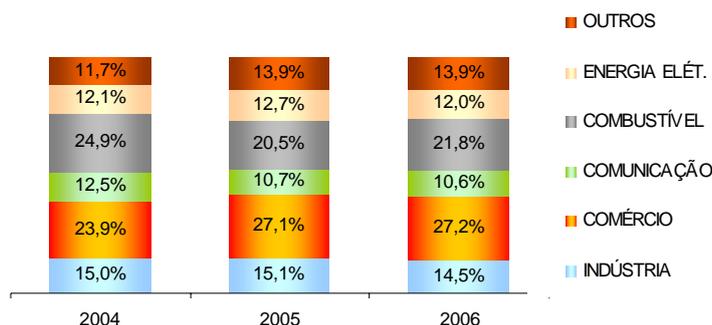
ICMS
A PREÇOS CORRENTES



R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.6

ICMS
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ARRECADAÇÃO

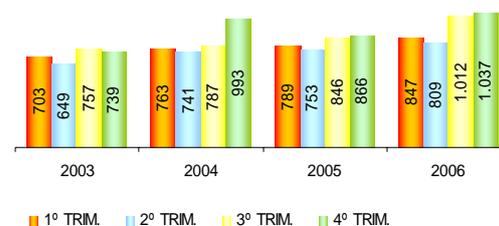


Medido a preços correntes
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O aumento real de 15,0% na arrecadação do ICMS de 2006 em relação a 2005 deveu-se, em parte, à boa performance do comércio e da indústria observada no período.

GRÁFICO 2.7

ICMS
TRIMESTRES - A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

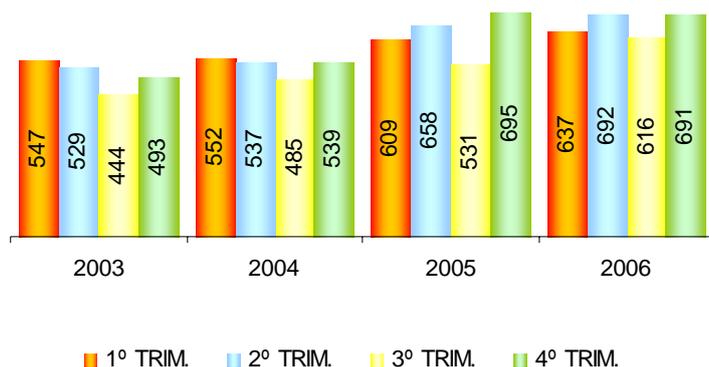
Dos impostos que geram as receitas próprias do estado, o IPVA é o segundo mais importante, tendo contribuído com quase 4% dessas receitas em 2006. Nesse período, a arrecadação do IPVA acumulou R\$ 160 milhões, mostrando um aumento real de cerca de 14% com relação ao ano de 2005.

Além das receitas de arrecadação própria, as Transferências da União são a outra grande fonte de receitas do Tesouro Estadual. As transferências responderam por aproximadamente 32% da receita orçamentária do Estado em 2006. Neste período, essas receitas somaram R\$ 2.613 milhões, resultado 6,7% superior ao mesmo período do ano anterior, em valores constantes.

Verifica-se, de acordo com o gráfico 2.10, que em cada ano, a maior parte das transferências se concentra nos dois primeiros trimestres, e que as transferências do segundo trimestre, a partir de 2005, foram maiores do que o primeiro trimestre.

GRÁFICO 2.10

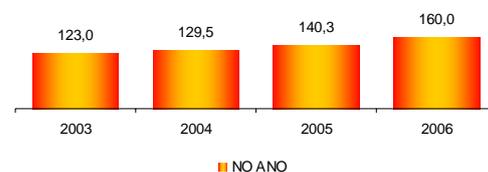
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
TRIMESTRES - A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.8

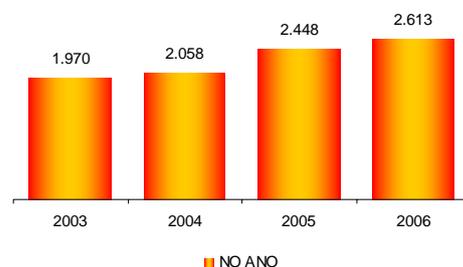
**IPVA
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.9

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
A PREÇOS CONSTANTES**

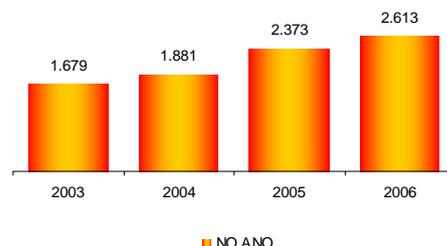


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

As transferências responderam por aproximadamente 32% da receita orçamentária em 2006, quando totalizaram R\$ 2.613 milhões.

GRÁFICO 2.11

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
A PREÇOS CORRENTES**



R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

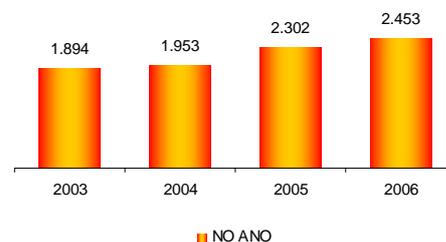
Das transferências da união, a mais relevante é o FPE – Fundo de Participação dos Estados, correspondendo, em 2006, a cerca de 94% do total de transferências. Assim, a trajetória recente deste recurso espelha as transferências da união, apresentando crescimento desde 2003.

As transferências do FPE totalizaram em 2006, R\$ 2.453 milhões, um aumento real de 6,5% com relação ano de 2005. Comparando com o ano de 2003, o FPE apresentou em 2006, um crescimento real de 29,5 %.

As operações de crédito acumularam R\$ 576,7 milhões em 2006, representando um grande aumento se comparado ao ano anterior. Deste total, aproximadamente 46% compreende créditos de origem interna, resultado este bem maior aos anos anteriores, onde esta participação foi em média de 17%. Vale salientar que a maior parte dos recursos das operações de crédito foi utilizada para investimentos e não para financiar despesas correntes.

GRÁFICO 2.12

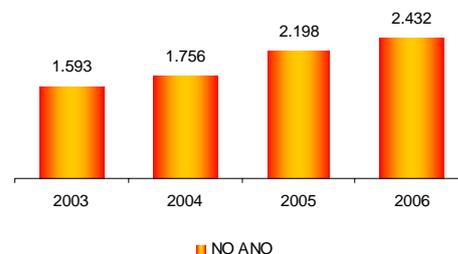
FPE
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.13

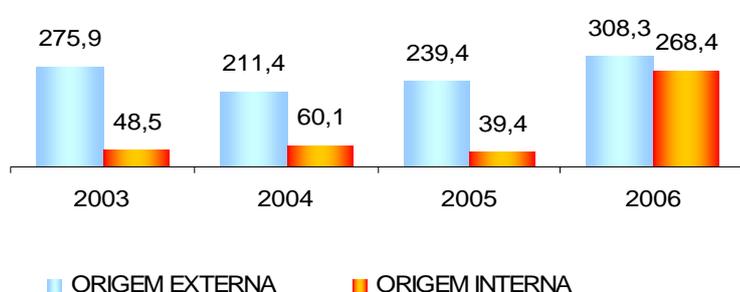
FPE
A PREÇOS CORRENTES



R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.14

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ORIGEM
A PREÇOS CONSTANTES

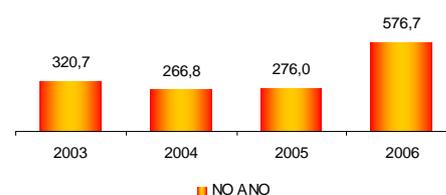


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Em 2006 a participação das operações de crédito interna no total das operações foi de aproximadamente 46%. Resultado este bem maior do que os anos anteriores, onde a participação foi em média de 17%.

GRÁFICO 2.15

OPERAÇÕES DE CRÉDITO
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

3 - DESPESAS

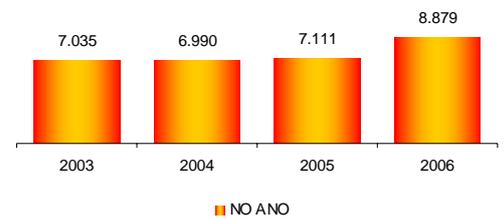
A despesa total do Governo do Estado manteve um nível praticamente constante nos anos de 2003 a 2005, em termos reais, sofrendo um acréscimo de 24,8% em 2006 comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 8.879 milhões.

No Gráfico 3.2, vê-se que os principais componentes da despesa total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes”. Entretanto, observa-se que o item “Investimentos” apresentou um significativo aumento de participação na despesa total, passando de 6%, em 2005, para 14%, em 2006.

As despesas com pessoal ativo corresponderam, em 2006, a aproximadamente 25% do total das despesas do estado, tendo atingido um total de R\$ 2.187 milhões. Este valor demonstra um aumento real de 7,4% com relação ao ano de 2005. Apesar deste aumento, mantêm-se a trajetória de queda da relação “despesa com pessoal ativo/RCL”, que passou de 37,1%, em 2005, para 36,3%, em 2006, indicando uma situação de equilíbrio para esta conta.

GRÁFICO 3.1

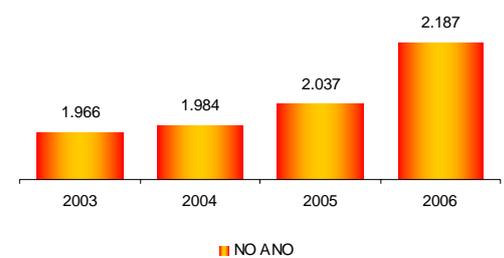
DESPESA TOTAL
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.2

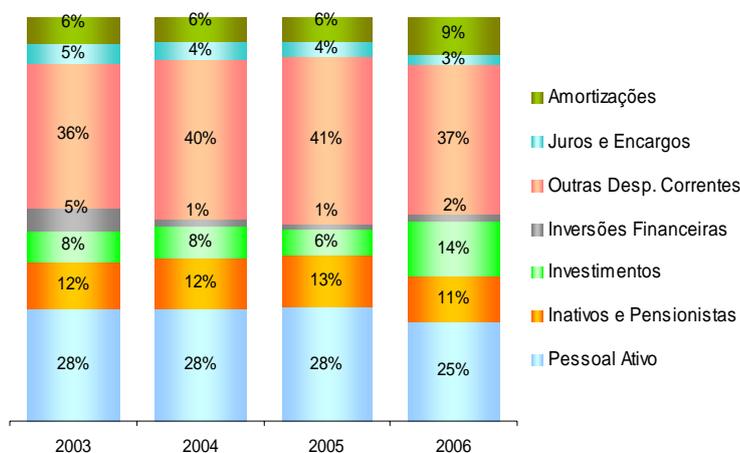
PESSOAL ATIVO
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.3

COMPONENTES DA DESPESA TOTAL

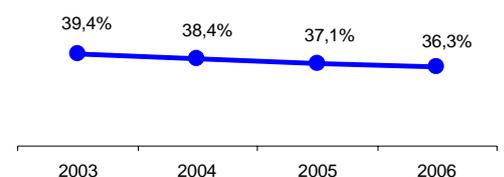


Fonte: SEPLAG – Elaboração: IPECE

Em 2006, a despesa real com pessoal ativo subiu 7,4%, se comparada ao ano de 2005. Relativamente à RCL, esta despesa vem caindo desde 2003.

GRÁFICO 3.4

PESSOAL ATIVO / RCL



Medido a preços correntes - Fonte: SEPLAG
Elaboração: IPECE

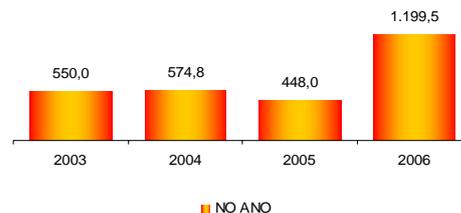
Os gastos com investimentos somaram R\$ 1.199,5 milhões em 2006, demonstrando um crescimento real de 168% com relação ao ano anterior. Este valor espelha a melhoria da situação fiscal do Estado, evidenciada pelos sucessivos resultados primários positivos obtidos desde 2002. Espera-se, portanto, uma trajetória crescente dos investimentos para os próximos anos.

As Inversões Financeiras totalizaram, em 2006, R\$ 146,6 milhões. Isto representa um aumento real de 50,6% com relação ao ano de 2005. Os principais componentes dessa variação são o FDI, que passou de R\$ 83 milhões em 2005 para cerca de R\$ 117 milhões em 2006, e a participação do Estado no Metrofor, que passou de R\$ 6 milhões em 2005 para R\$ 24 milhões em 2006.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 37,5% do total de despesas do Estado. Elas apresentaram de 2003 a 2005, um crescimento real médio de aproximadamente 10% ao ano. Em 2006, essas despesas somaram R\$ 3.332 milhões, um crescimento real de 11,6% com relação ao ano de 2005.

GRÁFICO 3.5

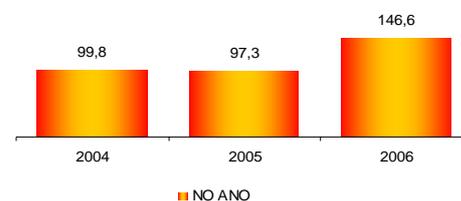
INVESTIMENTOS
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.6

INVERSÕES FINANCEIRAS
A PREÇOS CONSTANTES

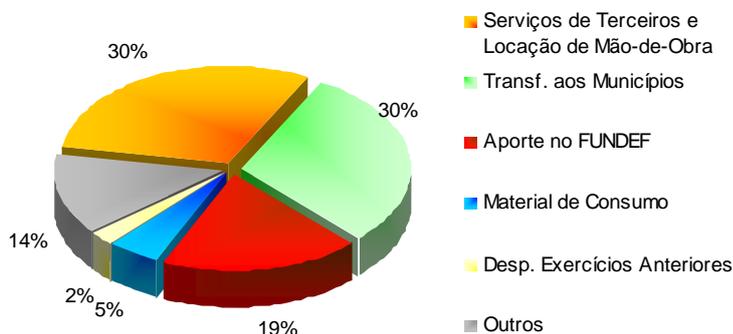


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

Juntos, as Transferências aos Municípios, os Gastos com Terceirizados e Locação de Mão-de-Obra e o Aporte no FUNDEF, responderam por 79% das Outras Despesas Correntes.

GRÁFICO 3.7

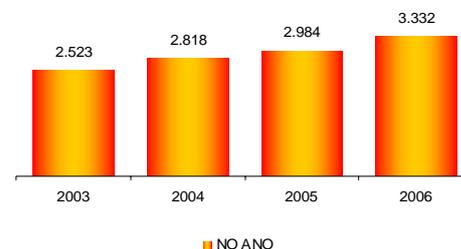
OUTRAS DESPESAS CORRENTES
ANO DE 2006



Fonte: SEPLAG – Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.8

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

Desde 2003, as despesas com juros e encargos da dívida vêm caindo em termos reais, em média, cerca de 14% ao ano. Em 2006, estas despesas acumularam R\$ 229,2 milhões, 13,7% a menos que o despendido em 2005. Já as despesas com amortizações de 2006, totalizaram R\$ 808,6 milhões, valor 86,6% superior ao ano de 2005.

Do total de amortizações realizadas em 2006, R\$ 398,8 milhões de recursos advindos da privatização do BEC foram utilizados para amortizar a parcela da dívida referente à Lei Nº. 9496/97.

Somando-se os Juros e Encargos às Amortizações, têm-se o Serviço Total da Dívida. Até o ano de 2005 o Serviço da Dívida vinha diminuindo cerca de 7% ao ano. Em 2006 com o aumento das amortizações, o Serviço da Dívida cresceu 48% em relação ao ano de 2005.

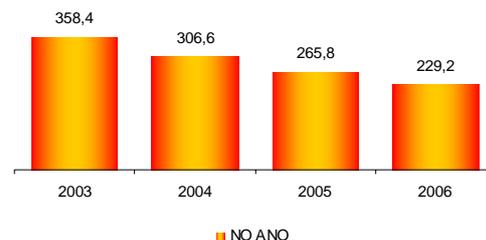
TABELA 2
SERVIÇO DA DÍVIDA

	2003	2004	2005	2006
Amortizações	448,7	415,3	433,2	808,6
Juros e Encargos	358,4	306,6	265,8	229,2
Serviço da Dívida	807,1	722,0	699,1	1.037,9

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 4º trimestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.9

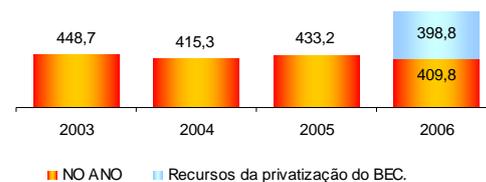
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006.
Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.10

AMORTIZAÇÕES
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

4 – FUNDEF

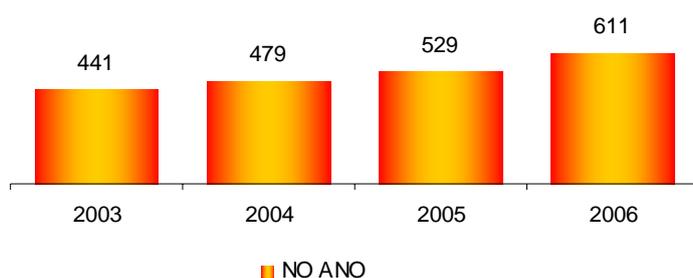
O aporte do Governo Estadual no FUNDEF em 2006 totalizou R\$ 772 milhões, o que equivale a um acréscimo real de 11% com relação ao ano de 2005. De 2003 a 2005, o aporte vem crescendo em média 6,7% ao ano, em valores constantes.

Entre 2003 e 2005, o retorno do FUNDEF para o Governo do Estado tem sofrido uma redução real média de 6% ao ano. O retorno em 2006 totalizou R\$ 161 milhões, 3% a menos que o retorno do ano de 2005.

O retorno do FUNDEF com relação ao aporte tem diminuído continuamente, chegando a 21% em 2006. Neste período, registrou-se uma perda da ordem de R\$ 611 milhões, resultado 15,5% superior ao ano de 2005, em valores constantes.

GRÁFICO 4.3

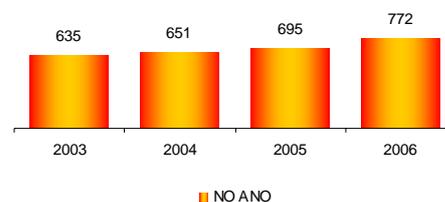
PERDA DO FUNDEF A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.1

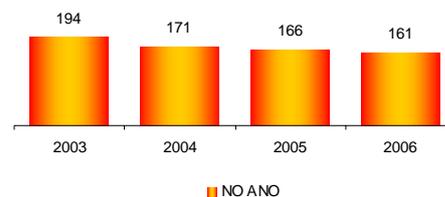
APORTE NO FUNDEF A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.2

RETORNO DO FUNDEF A PREÇOS CONSTANTES

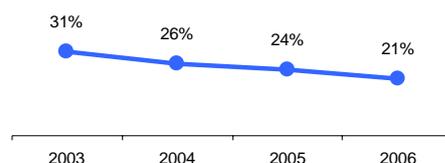


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O Governo do Estado do Ceará vem sofrendo sucessivas perdas com o FUNDEF, que vêm crescendo a taxa real média de 11,5% ao ano, desde 2003. No acumulado 2003-2006 as perdas totalizam R\$ 2 bilhões.

GRÁFICO 4.4

RETORNO DO FUNDEF (% APORTE)



Medido a preços correntes.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

5 – PREVIDÊNCIA

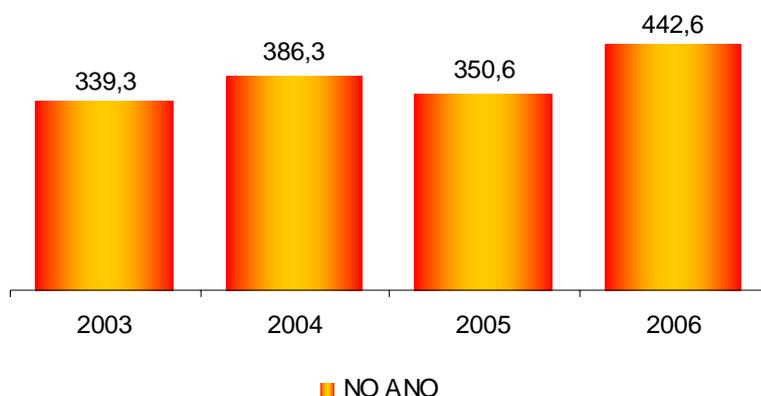
As despesas com inativos e pensionistas vêm apresentando elevações anuais contínuas. De 2003 a 2005, tais gastos tiveram crescimento médio de 4,7% ao ano, em termos reais.

Em 2006, os gastos com a previdência totalizaram R\$ 1.003 milhões, valor 10,2% superior ao ano de 2005. Apesar disso, a relação entre essas despesas e a Receita Corrente Líquida (RCL) vem caindo livremente, fechando o ano de 2006 em 16,6%.

Já as receitas previdenciárias somaram, no ano de 2006, R\$ 561 milhões, mantendo-se assim praticamente constante em relação a 2005. A ausência de crescimento no lado das receitas, juntamente com o crescimento das despesas previdenciárias, resultou num aumento do déficit previdenciário em 2006, que foi 26,2% maior que o ano de 2005.

GRÁFICO 5.3

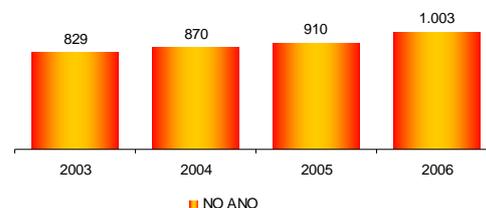
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do sexto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.1

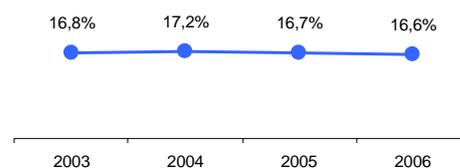
INATIVOS E PENSIONISTAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do sexto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.2

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (% RCL)

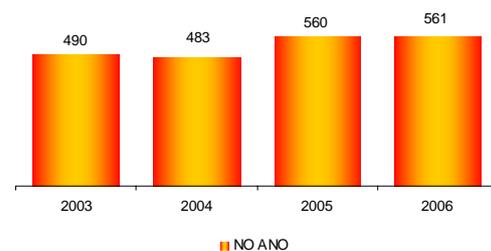


Medido a preços correntes.
Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

Em 2006, a ausência de crescimento nas receitas previdenciárias, juntamente com o aumento no lado das despesas, resultou no crescimento do déficit previdenciário em 26,2%, com relação ao ano de 2005.

GRÁFICO 5.4

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do sexto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAG - Elaboração: IPECE

6 – A DÍVIDA DO ESTADO

A Dívida Consolidada Líquida sofreu uma redução significativa em 2006. Neste período, o saldo da dívida, em valores constantes, caiu em 12,2% com relação ao ano de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo em 2006, a 70% do total da Receita Corrente Líquida.

No Gráfico 6.1 observa-se uma aparentemente elevação da dívida de 2003 para 2004. O que de fato ocorreu foi a absorção de dívidas não consideradas anteriormente*. Dessa forma, para uma comparação temporal consistente, deve-se levar em conta a trajetória da dívida caso não houvesse mudança em sua metodologia de apuração. Neste caso, percebe-se uma trajetória de diminuição contínua da dívida consolidada líquida desde 2003, não só em termos absolutos, como também em relação à Receita Corrente Líquida.

Utilizando-se a metodologia antiga, a dívida em 2006 revela uma redução real de aproximadamente 14%, com relação ao ano de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida vem diminuindo substancialmente, equivalendo em 2006 a 57% do total da Receita Corrente Líquida.

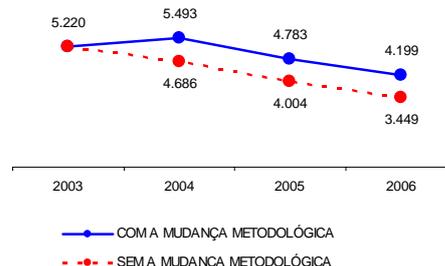
TABELA 3
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

	2004	2005	2006
1. Dívida Consolidada (DC)	5.058	4.785	4.464
2. Ativo Financeiro	44	154	264
3. Dívida Consolidada Líquida (DCL)¹⁻²	5.014	4.631	4.199
4. Receita Corrente Líquida (RCL)	4.636	5.304	6.033
DC/RCL	1,09	0,90	0,74
DCL/RCL	1,08	0,87	0,70

Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 6.1

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
A PREÇOS CONSTANTES

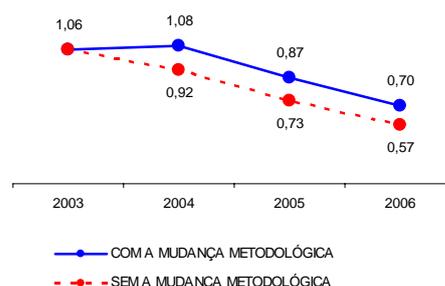


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro quadrimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, em 2006, a 70% do total da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 6.2

DCL/RCL
A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

* A partir de 2004 passa-se a considerar as garantias assumidas junto à COHAB, FUNECE e FUSEC e parcelamentos juntos ao INSS e PASEP.

7 – ANÁLISE DE RISCO E DE SENSIBILIDADE

A trajetória da Dívida Pública é a meta maior da política fiscal do Governo. Uma vez definida a trajetória desejada para a dívida, estabelecem-se as metas fiscais necessárias. Para atingir o resultado desejado, o Governo do Estado deve equacionar suas previsões de receita e despesa. Contudo, as receitas e despesas previstas são variáveis com forte componente estocástico, e sua variabilidade pode comprometer as metas fiscais do Governo.

Através da Análise de Risco, testa-se a resposta da projeção da execução orçamentária para 2007 e 2008 a choques aleatórios nas variáveis de receita e despesa mais relevantes, a saber: Arrecadação do ICMS, Transferências do FPE, Despesas com Pessoal e Outras Despesas Correntes. Posteriormente, observam-se os efeitos desses choques sobre as seguintes metas fiscais do Governo*: a relação Dívida/RLR, o Resultado Primário, a relação Despesa com Pessoal/RCL, a Receita Própria e a relação Investimento/RLR (ver anexo, para maiores detalhes).

Tomando-se como base as receitas e despesas projetadas, percebe-se que duas das metas fiscais apresentam riscos de não serem cumpridas. Considerando-se primeiramente o Resultado Primário, vê-se que existe baixo risco de as metas estabelecidas não serem atingidas em 2007, enquanto que em 2008 tem-se uma probabilidade de 72,4% de que o resultado primário não alcance a meta de R\$ 441 milhões.

A segunda meta que merece destaque é a de Receitas Próprias. Partindo dos valores projetados, o risco de as metas para 2007 e 2008 não serem cumpridas é de 20,2% e 25,8%, respectivamente.

Em relação à meta de Investimento/RLR, verifica-se que esta não será alcançada para os próximos dois anos.

**TABELA 5
ANÁLISE DE RISCO**

Indicador	2007	2008
<i>Dívida Financeira/RLR</i>		
Meta*	1,00	1,00
Valor Projetado**	0,84	0,74
Risco	0,0%	0,0%
<i>Resultado Primário - R\$ milhões</i>		
Meta	257,0	441,0
Valor Projetado	426,33	294,48
Risco	26,0%	72,4%
<i>Despesa c/ Pessoal/RCL</i>		
Meta	0,60	0,60
Valor Projetado	0,51	0,51
Risco	0,0%	0,0%
<i>Receita Própria - R\$ milhões</i>		
Meta	4.074	4.404
Valor Projetado	4.246	4.549
Risco	20,2%	25,8%
<i>Investimento/RLR</i>		
Meta	12,18	10,80
Valor Projetado	13,96	17,75
Risco	100%	100%

Fonte: SGF – Baseado nos Relatórios do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Elaboração: IPECE

A partir da Análise de Risco, pode-se observar que as metas de Resultado Primário e de Receitas Próprias apresentam baixo risco de não efetivação para o ano de 2007, enquanto que em 2008 tem-se um alto risco de que o resultado primário não alcance a meta de R\$ 441 milhões.

* Trata-se do valor acordado com o Tesouro Nacional como parte do PAF acordado em agosto de 2006.

** Valor previsto para 2006 e 2007, projetado a partir da execução orçamentária dos anos anteriores e de parâmetros de inflação, taxa de câmbio e crescimento do PIB.

Apesar de inferir sobre os riscos no cumprimento das metas fiscais, a análise anterior não fornece maiores detalhes acerca da influência dos componentes orçamentários. Para obter o grau de sensibilidade das metas com relação às variações nos itens de receita e despesa, utiliza-se a Análise de Sensibilidade. Para tanto, calculam-se as variações no ICMS, FPE, Despesa com Pessoal, Investimento e Outras Despesas Correntes, suficientes para afetar as metas. Para maiores detalhes acerca da metodologia, ver anexo.

A lógica da aplicação desta análise é que uma alta sensibilidade (alto risco) em uma variável ocorre quando uma pequena variação nesta bastaria para que uma meta deixasse de ser cumprida. Caso o resultado projetado não atinja a meta estabelecida, o raciocínio acima passa a ser invertido*.

Para o ano de 2007, a meta de Resultado Primário é mediamente sensível a variações no FPE e Despesa com Pessoal e altamente sensível a variações no ICMS. Quanto às metas de Receitas Próprias, percebe-se que são altamente sensíveis a variações no ICMS (o que é natural, já que aproximadamente 80% das Receitas Próprias do Estado advêm do ICMS).

TABELA 6
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Variável	Meta	2007		2008	
		Var. para igualar meta	Risco	Var. para igualar meta	Risco
ICMS	Dívida/RLR	-22,16%	Baixo	-36,48%	Baixo
	Res. Primário	-4,36%	Alto	3,52%	Alto
	Rec. Própria	-4,42%	Alto	-3,49%	Alto
FPE	Dívida/RLR	-31,58%	Baixo	-50,33%	Baixo
	Res. Primário	-6,21%	Médio	4,86%	Alto
Desp. com Pessoal	Res. Primário	5,20%	Médio	-4,13%	Alto
	Pessoal/RCL	18,24%	Baixo	17,73%	Baixo
Desp. com Investimento	Res. Primário	22,12%	Baixo	-13,87%	Alto
Investimento	Invest./RLR	-12,76%	Alto	-39,14%	Alto
Outras Desp. Correntes	Res. Primário	9,20%	Médio	-7,60%	Alto

Fonte: SGF – Baseado nos Relatórios do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Elaboração: IPECE

TABELA 7
SENSIBILIDADE DAS METAS DE 2007

Variável	Impacto sobre o alcance da meta de Resultado Primário
ICMS	-Poderá ser até 4,36% inferior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
FPE	-Poderá ser até 6,21% inferior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Desp. com Pessoal	-Poderá ser até 5,20% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Investimentos	-Poderá ser até 22,12% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.
Outras Desp. Correntes	-Poderá ser até 9,20% superior ao valor projetado e, ainda assim, a meta seja atingida.

Para que a meta de Resultado Primário de 2008 seja atingida, será necessário um ICMS 3,52% superior ao projetado e/ou um aumento de 4,86% no FPE projetado. Já em relação às despesas, verifica-se que para o alcance da meta, é necessária uma queda de 4,13% na despesa com pessoal, 13,87% na despesa com investimento, e uma diminuição de 7,6% em outras despesas correntes.

* Neste caso, uma alta sensibilidade (alto risco) em uma variável ocorre quando uma grande variação nesta é necessária para que uma meta possa ser cumprida.

ANEXO: METODOLOGIAS PARA ANÁLISE DE RISCO E DE SENSIBILIDADE

Análise de Risco

Esta análise baseia-se em testar a resposta das projeções da execução orçamentária a choques aleatórios nas variáveis de receita e despesa mais relevantes. Para a realização desta análise, seguem-se os seguintes passos:

- 1- São simulados quinhentos choques sobre as seguintes variáveis: arrecadação do ICMS, transferências do FPE, Despesa com Pessoal e Outras Despesas Correntes;
- 2- Calculam-se os efeitos desses choques sobre as variáveis que compõem as metas fiscais desejadas, a saber: a relação Dívida/RLR, o Resultado Primário, a relação Despesa com Pessoal/RCL, a Receita Própria e a relação Investimento/RLR;
- 3- Calcula-se o nível de risco de uma meta a partir da proporção de vezes que esta não é alcançada nas 500 replicações realizadas;
- 4- Tais procedimentos são realizados para todos os anos do horizonte de análise, obtendo-se assim, o nível de risco de cada uma das cinco metas.

Análise de Sensibilidade

Esta análise baseia-se na sensibilidade das metas fiscais às variações de itens de receita e despesa orçamentária. A sistemática de cálculo é bastante simples: calcula-se a variação em cada uma das quatro variáveis abrangidas na Análise de Risco, suficiente para igualar que as metas desejadas.

A interpretação desta análise pode ser feita sob duas situações:

Situação 1 – A meta é alcançada, ou seja, o valor projetado é suficiente para cumprir a meta estabelecida.

Neste caso, a meta é altamente sensível a uma variável (de receita ou despesa) se basta uma pequena variação nesta para que aquela não venha a ser cumprida. De outra forma, diz-se que uma variável apresenta um alto risco para o cumprimento da meta.

Situação 2 – A meta não é alcançada, ou seja, o valor projetado não é suficiente para cumprir a meta estabelecida.

Neste caso, uma variável (de receita ou despesa) é de “alto risco” quando é necessária uma grande variação em seu valor para que a meta venha a ser cumprida. Nesta situação, ao contrário da anterior, a meta é pouco sensível à variável.

Assim, a alta sensibilidade de uma meta com relação à determinada variável orçamentária só é desejável quando o resultado projetado está aquém da meta estabelecida. Por exemplo, quando o Resultado Primário projetado é inferior à meta estabelecida e constata-se que um pequeno aumento no ICMS seria suficiente para atingi-la, então esta meta é altamente sensível ao ICMS. Dessa forma, o ICMS representa pouco risco à meta.